



## CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE MINAS GERAIS

1 Ata da 243<sup>a</sup> Reunião Plenária (Extraordinária) do Conselho Estadual dos  
2 Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/MG, realizada aos quinze  
3 dias do mês de junho de 2011, em sua sede, com início às 9h e 45min. Em  
4 obediência ao ato presidencial convocatório e às normas regimentais,  
5 procedeu-se a chamada geral dos Conselheiros pela Secretária Executiva,  
6 Vânia Cristina do Carmo Krauss, constatando-se a existência de quorum  
7 para o início da reunião. Estavam presentes os seguintes Conselheiros:  
8 Eliane Quaresma Caldeira de Araújo (Titular - SEDESE), Ananias Neves  
9 Ferreira (Titular - Centro Voluntariado de Apoio ao Menor), Andréia Cristina  
10 Barreto (Titular - KNH - Brasil), Maria Margareth Pereira (Titular -  
11 Providência Nossa Senhora Conceição), Maressa da Silva Miranda (Titular -  
12 SEDESE), Ricardo Augusto Zadra (Titular - Secretaria de Estado Fazenda),  
13 Solange Vieira de Faria Franca (Suplente - SEDESE), Cláudia de Souza  
14 Barbosa Garcias (Titular - CRESS - Conselho Regional de Serviço Social),  
15 Elias Oliveira Soares (Titular - Movimento Social Brasileiro Cidadania  
16 Urgente), Alcegisia Meireles da Silva (Titular - Secretaria de Estado da  
17 Saúde), Rita Ana Silva Lima (Suplente - Secretaria de Estado Saúde -  
18 aguarda nomeação e posse), Rômulo Viegas (Titular - Assembléia  
19 Legislativa de Minas Gerais), Ulysses Gomes (Suplente - Assembléia  
20 Legislativa de Minas Gerais), Gabriela Pinheiro Rocha (Titular - SEPLAG),  
21 Andréia Aparecida Cunha Soares (Suplente - Polícia Civil), Elaine Rocha  
22 Maciel (Suplente - Secretaria Defesa Social), Maria Helena Almeida  
23 (Suplente - SEDESE), Olívia Fátima Braga Melo (Titular - Polícia Civil),  
24 Carlos Roberto Beto da Silva (Suplente - Associação de Deficientes do  
25 Oeste de Minas - ADEFOM), João Alves Crisóstomo (Titular - Associação  
26 Pingo de Luz), José Ismar da Costa (Suplente - Sindicato das Instituições  
27 Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do Estado de Minas Gerais -  
28 SINIBREF/MG), Ângela Americia Leite (Titular - União Brasileira de  
29 Educação e Ensino - UBEE). **Justificada a ausência:** Maria da Consolação  
30 Faria (Suplente - Instituto de Educação e Construção da Cidadania -  
31 INECC), Ricardo Luiz Amorim G. Foureaux (Titular - Polícia Militar/MG),  
32 Maria Aparecida Santos Queiroz (Titular - Associação Papa João XXIII no  
33 Brasil), Rosemary Leite Mattos (Titular - Secretaria de Estado da Educação),  
34 Claudinei dos Santos Lima (Titular - Axé Criança), Maria Auxiliadora Sales  
35 Gonçalves (Suplente - Secretaria de Estado Fazenda), Ronaldo Araújo  
36 Pedron (Titular - Secretaria de Defesa Social), Paulo Oséas Carvalho  
37 (Suplente - Fundação Benjamin Guimarães/Hospital da Baleia), Fernando  
38 Henrique Guimarães Resende (Suplente - SEPLAG), Silmônica Tocafundo  
39 (Titular - Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas  
40 e Filantrópicas do Estado de Minas Gerais - SINTIBREF/MG), Elizabeth  
41 Moreira dos Santos (Suplente - Associação Mineira de Reabilitação), Enildo

42 Calixto Louback (Suplente - Sindicato dos Psicólogos/MG), **Ausentes:** Dov  
43 Rosenmann (Suplente - Fundo Cristão para Crianças), Mirian Carla Cury  
44 (Suplente - Instituto Maria Glória Pinheiro/Instituto Góia), Luciano de Souza  
45 Lima (Suplente - Associação Movimento Cultural Negro de Manhuaçu),  
46 Cleverson Natal de Oliveira (Suplente - PMMG), Ricardo Antonio de Souza  
47 Freitas (Suplente - Projeto de Reintegração Social - Proreis). Convidados:  
48 Keila Luciana Dias Freitas (CEVAM), Maria Alice Silva (Frente de Defesa). A  
49 Presidente do CEDCA/MG **Eliane Quaresma Caldeira Araujo** abriu a  
50 sessão plenária cumprimentando a todos e passando logo em seguida a  
51 **posse dos Conselheiros** nomeados. Tomaram posse nesta reunião os  
52 seguintes Conselheiros: Dep. Rômulo Viegas e Dep. Ulysses Gomes, como  
53 representantes da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, sendo titular e  
54 suplente, respectivamente. A representante da Secretaria de Estado da  
55 Saúde como titular, Sra. Alcegisia Meireles da Silva em substituição a  
56 Fernando Coutinho Libânio. Finalizando, tomou posse como titular a  
57 representante da União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE, Sra.  
58 Ângela Americia Leite, em substituição a Mariluce Gelais Filogônio. Na  
59 sequência passou-se a apreciação das **atas das plenárias** realizadas nos  
60 dias **28/04** e **13/05/2011**. Ambas foram colocadas em votação e **aprovadas**  
61 sem ressalvas. Na sequência, o Conselheiro **Rômulo Viegas** parabenizou e  
62 desejou sucesso à Presidente eleita do CEDCA/MG, Eliane Quaresma  
63 Caldeira Araújo. Na oportunidade, ressaltou o compromisso com a causa da  
64 criança e do adolescente, renovando o empenho na defesa de seus direitos.  
65 Informou que acertou com seu suplente fazer alternância de presença nas  
66 reuniões, para que a representação da Assembléia Legislativa não fique  
67 prejudicada no Conselho. Em seguida, os demais Conselheiros  
68 empossados, manifestaram a satisfação em participar deste órgão colegiado  
69 e contribuir para o fortalecimento do sistema de garantia de defesa dos  
70 direitos das crianças e adolescentes. O Vice-presidente manifestou  
71 favoravelmente em relação à articulação voltada ao estabelecimento de  
72 parceria da Assembléia Legislativa com o CEDCA/MG. Parabenizou o  
73 esforço do Conselho por conseguir ter na sessão plenária dois deputados  
74 tão comprometidos com a causa e militância em favor da infância. Logo  
75 após, a Secretária Geral do CEDCA/MG **Andréia Cristina Barreto** pediu a  
76 palavra para questão de ordem, solicitando que fosse concedida palavra a  
77 Sra. Maria Alice da Silva (Frente de Defesa). Ela começou informando seu  
78 desligamento da Frente de Defesa e falando das dificuldades enfrentadas  
79 nos últimos três meses em que trabalhou como voluntária, sem qualquer  
80 remuneração. Ressaltou que a situação ficou difícil e acabou por aceitar uma  
81 proposta de trabalho feita pela Oficina de Imagens, na área de assessoria  
82 aos Conselhos. Afirmou que não deixará de apoiar o Conselho, uma  
83 instância que trouxe a ela tanto aprendizado. Que vai continuar apoiando a  
84 Frente de Defesa, principalmente em questões como: orçamento criança e  
85 adolescente em ano de elaboração do PPAG, controle social e participação  
86 em Fóruns. Falou do desejo de continuar com o trabalho de monitoramento  
87 do orçamento, e para tanto, espera continuar contando com a parceria da  
88 Frente Parlamentar, sempre tão atuante nesta área. Informou que a Frente  
89 de Defesa vem enfrentando problemas financeiros, que o recurso referente  
90 ao projeto apresentado ao CEDCA/MG não foi conveniado pela SEDESE.  
91 Que a situação no momento está precária, pois, para conveniar a Frente de

92 Defesa precisaria terceirizar o proponente na apresentação de projetos, o  
93 que não é permitido. Então, faz-se necessário lutar pela personalidade  
94 jurídica da Frente de Defesa. Pediu que o CEDCA/MG trabalhe na questão  
95 do trâmite de convênios junto a SEDESE, de forma a tornar o processo  
96 menos burocrático para as entidades. Finalizou agradecendo pelo tempo em  
97 que esteve no Conselho, um período muito importante em sua trajetória. A  
98 Presidente do CEDCA/MG **Eliane Quaresma Caldeira Araújo** manifestou-  
99 se dizendo que gostaria de registrar de público que não tem governabilidade  
100 sobre a questão da documentação das Entidades, necessárias ao processo  
101 de conveniamento com a SEDESE. No caso da Frente de Defesa, não há  
102 personalidade jurídica, o que inviabiliza o convênio, e conseqüentemente a  
103 liberação do recurso. Ressaltou que a representação da Frente de Defesa  
104 vai nos fazer falta, mas, felizmente não perderemos a Maria Alice, que  
105 continuará contribuindo em outro espaço da rede. O **Vice-presidente**  
106 manifestou sua opinião dizendo que a sociedade civil e o CEVAM sentirão  
107 muito a saída da Maria Alice, e que ele sempre teve o maior carinho e  
108 estima por sua pessoa e pela Frente de Defesa. Que o CEDCA/MG jamais  
109 deixará de contar com a Frente de Defesa, e certamente não demorará a  
110 conseguir o registro de personalidade jurídica, viabilizando o conveniamento  
111 de outras propostas futuras. Finalizou dizendo que o CEDCA/MG irmana de  
112 seu pensamento da garantia da prioridade absoluta a crianças e  
113 adolescentes, que deve transitar em todos os lugares e não somente dentro  
114 dos Conselhos, sobretudo, em consonância ao princípio da convenção  
115 internacional do direito superior da infância em todos os atos administrativos.  
116 Encerrado este assunto, foi colocada em votação a pauta da sessão  
117 plenária. Neste instante, o Conselheiro **Carlos Roberto Beto da Silva**  
118 interveio solicitando a inclusão de ponto de pauta: “Discussão das varas  
119 específicas para a infância e adolescência”. Proposta acatada. Também  
120 **Ananias Neves Ferreira** comunicou que apresentará matéria para  
121 apreciação do plenário no item 6º da pauta: Matérias regimentais, com a  
122 apresentação de minutas para apreciação dos Conselheiros. Proposta  
123 acatada. Diante do exposto, foi aprovada a pauta desta sessão plenária. Na  
124 sequência, **Eliane Quaresma Caldeira Araújo** passou ao próximo ponto da  
125 pauta: **Recomposição das Comissões Temáticas**. A Presidente do  
126 CEDCA/MG começou informando aos Conselheiros da situação da  
127 Resolução em vigor, com a atual composição das Comissões, sendo  
128 constatado que algumas pessoas já não participavam mais do Conselho,  
129 fazendo-se mesmo necessária a recomposição das quatro Comissões  
130 Temáticas e da Comissão de Legislação e Atos Normativos. **Eliane**  
131 **Quaresma Caldeira Araujo** procedeu à leitura dos membros que integram a  
132 atual composição das Comissões, bem como a atribuição que cabe a cada  
133 uma delas, como subsidiárias de matérias à plenária do Conselho. A  
134 proposta que surgiu preliminarmente, sugerida pelo Vice-presidente foi de  
135 que as Comissões funcionem com um mínimo de 4 membros, com pessoas  
136 que realmente estejam dispostas a comparecer nas reuniões. Informou  
137 ainda que o princípio da paridade permanece. A Presidente do CEDCA/MG  
138 **Eliane Quaresma Caldeira Araújo** chamou a atenção para que as  
139 discussões se atenham ao novo Regimento Interno do Conselho. A  
140 Conselheira **Maressa Silva Miranda** argumentou que para a conta fechar,  
141 as Comissões não podem ser compostas com 4 membros, mas com 8

142 pessoas, totalizando 40 Conselheiros. Sugerindo então, adotar este número  
143 para as cinco Comissões do CEDCA/MG. **Ananias Neves Ferreira**  
144 argumentou que este número (40) não corresponde ao número de pessoas  
145 que realmente estão presentes nas reuniões, pois, tem Conselheiros que  
146 não participam há muito tempo, citando a situação de três suplentes que  
147 nunca participaram de nada. Neste caso não há perda de mandato,  
148 exatamente por se tratar de suplentes. Falou que as Comissões não podem  
149 se reunir somente em véspera de plenária, com pouco tempo para emissão  
150 de pareceres. Recomposta desta forma haverá trabalho efetivo nas  
151 Comissões, e aquele Conselheiro que não as integrar, poderá participar dos  
152 grupos de trabalho. Finalizou dizendo que “se o plenário decidir por  
153 permanecer com a atual composição, seja, mínimo de 6 membros para as  
154 Comissões de mérito e 8 membros para a de orçamento e finanças, tudo  
155 bem, contudo, continuará a trabalhar de forma precária”. Na sequência  
156 **Eliane Quaresma Caldeira Araujo** ressaltou o importante papel das  
157 Comissões e da necessidade de qualificação, para que as matérias venham  
158 com mais consistência para as plenárias. Em relação a Comissão de  
159 Legislação e Atos Normativos houve a sugestão do Conselheiro **Ricardo**  
160 **Augusto Zadra**, para seja composta pela Mesa Diretora e os  
161 Coordenadores de Comissão, da forma como é atualmente. Esta proposta  
162 esbarra na questão da paridade e também na questão de que as Comissões  
163 devem ser compostas por Conselheiros e não pela Mesa Diretora. **Ananias**  
164 **Neves Ferreira** esclareceu que a Mesa Diretora não deve fazer parte de  
165 Comissão, que a participação aconteceu neste período na Comissão de  
166 Normas, como Conselheiro; mesmo porque, a Mesa Diretora tem outras  
167 atribuições e tarefas específicas. A Conselheira **Maressa da Silva Miranda**  
168 voltou a defender que as Comissões tenham maior número de participantes  
169 fechado em 8 pessoas, pois, “mesmo com tanta gente já não há  
170 participação, imagine com a obrigatoriedade de apenas 4”. “É sobrecarregar  
171 aqueles que participam efetivamente e deixar desonerados aqueles que já  
172 não comparecem”. A Conselheira propôs que: como a plenária já estava  
173 discutindo o assunto por muito tempo, poderia partir para votação. Em  
174 seguida discutiu-se muito a questão da fragilidade das Comissões, quando  
175 não há participação efetiva dos Conselheiros, sendo citada a de políticas  
176 públicas, que por muitas reuniões, funcionou apenas com duas pessoas,  
177 ficando clara a necessidade de recomposição ainda nesta sessão plenária.  
178 O Conselheiro **Carlos Roberto Beto da Silva** argumentou que se as  
179 Comissões não funcionam, o Conselho também não funcionará. Ainda que o  
180 relatório de atividades da Comissão deve ser feita em plenário para  
181 conhecimento de todos. Após ampla discussão de todas as possibilidades,  
182 foram sugeridas três propostas de **encaminhamento** para **votação**: 1ª  
183 proposta - compor as Comissões da forma como está atualmente, com  
184 mínimo de 6 membros para as Comissões de mérito, e de 8 membros para a  
185 Comissão de Orçamento e Finanças; **2ª - compor as Comissões com um**  
186 **mínimo de 4 membros**; 3ª - compor todas as Comissões com mínimo de 8  
187 membros. Após votação, **foi aprovada 2ª proposta com 11 votos a favor**.  
188 A 3ª proposta obteve 05 votos a favor. Diante do exposto as quatro  
189 Comissões Temáticas do CEDCA/MG e a Comissão de Legislação e Atos  
190 Normativos **serão compostas com o mínimo de quatro membros**. Na  
191 sequência passou-se ao chamamento dos Conselheiros para que

192 escolhessem a Comissão que gostariam de participar, ficando assim  
193 compostas: **Comissão de Medidas Sócioeducativas** - Maria da  
194 Consolação Faria; João Alves Crisóstomo; Maria Margareth Pereira; Dep.  
195 Ulysses Gomes; Ronaldo Araújo Pedron, Elaine Rocha Maciel. **Comissão**  
196 **de Orçamento e Finanças** - Ricardo Augusto Zadra; Maria Auxiliadora  
197 Salles Gonçalves; Elias Oliveira Soares; Gabriela Pinheiro Rocha; Paulo  
198 Oséas Carvalho; Elizabeth Moreira dos Santos. **Comissão de Apoio aos**  
199 **Conselhos Municipais e Tutelares** - Carlos Roberto Beto da Silva;  
200 Maressa Silva Miranda; Andrea Cunha Soares; Maria Aparecida Queiroz;  
201 Claudinei Santos Lima; Olívia Fátima Braga Melo. **Comissão de Políticas**  
202 **Públicas** - Maria Helena Almeida; Rosemary Leite Mattos; Andréia Cristina  
203 Barreto; Dep. Rômulo Viegas; Alcegisá Meireles Silva; Ângela Americia  
204 Leite; Cláudia Barbosa Garcias; Silmônica Tocafundo. **Comissão de**  
205 **Legislação e Atos Normativos** - Solange Vieira Faria Franca; Maria  
206 Margareth Pereira; Ananias Neves Ferreira, Rita Ana Silva Lima; Jose Ismar  
207 da Costa. Terminando este assunto, foi informado que a escolha dos  
208 coordenadores acontecerá na reunião da própria Comissão Temática. A  
209 Secretária Geral do CEDCA/MG **Andréia Cristina Barreto** lembrou que há  
210 um acordo pelo princípio da alternância, com a alteração das coordenações  
211 de forma paritária com as demais Comissões, ou seja, duas Comissões  
212 coordenadas pela Sociedade Civil e duas pelos Governamentais. Contudo,  
213 há agora outra Comissão, de Legislação e Atos Normativos, totalizando  
214 cinco Comissões, o que dificulta a questão da paridade. No momento foi lido  
215 artigo pertinente no novo Regimento Interno, sendo verificado que a escolha  
216 do coordenador se dará na Comissão entre seus membros. Na sequência, a  
217 Secretária Executiva do CEDCA/MG **Vânia Cristina do Carmo Krauss**  
218 informou que estava sendo passada lista entre os Conselheiros para que  
219 atualizem e-mail's e telefones. Logo após, a **Presidente** do CEDCA/MG  
220 passou ao próximo ponto da pauta: **Edital de chamada pública nº 01/2011**  
221 **- SDH/PR** (Seleção Pública de propostas para apoio a projetos voltados para  
222 políticas no âmbito da secretaria de Direitos Humanos). A Presidente fez  
223 uma breve exposição do conteúdo do referido Edital, dos eixos que serão  
224 financiados, prazos, forma de apresentação de propostas, necessidade  
225 referendo do CEDCA/MG quando se tratar de ação regionalizada, e do  
226 CMDCA local quando se tratar de proposta em determinado município. Que  
227 a data limite para inclusão e envio de proposta no portal de convênios  
228 (SICONV) é dia 29/06/2011. Informou que até o momento a Secretaria  
229 Executiva do Conselho não recebeu nenhuma proposta para análise. O  
230 sistema abre neste dia, e as entidades deverão estar com toda a  
231 documentação pronta para inclusão do projeto. Foi informado que até o  
232 momento, a SEDESE e a Secretaria de Defesa Social apresentarão  
233 propostas para este Edital. Inicialmente o prazo para entrega das propostas  
234 para análise pelo CEDCA/MG foi dia 09/06, contudo, como acontecerá a  
235 plenária ordinária, dia 28/06, há tempo para recebimento de outros projetos.  
236 Após este instante, surgiu discussão sobre o trâmite destas propostas na  
237 Secretaria Executiva, se viriam direto à plenária ou se passariam pelas  
238 Comissões. O Conselheiro **Ricardo Augusto Zadra** interveio informando  
239 que, por não se tratar projeto com recurso do FIA, mas de outro órgão  
240 financiador, não passará pela Comissão de Orçamento e Finanças, no  
241 máximo pela Comissão de mérito. A questão discutida em seguida foi em

242 relação ao tempo para as Comissões se reunirem devido ao feriado, sendo  
243 que a reunião ordinária das Comissões está marcada para dia 27/06, apenas  
244 um dia antes da plenária, sem tempo hábil para análise e emissão de  
245 parecer. Diante do exposto, foi definido que os Órgãos e Entidades terão até  
246 o **dia 21/06 às 18h**, para entregarem as propostas para análise no  
247 Conselho, de forma a possibilitar que os processos possam ser  
248 encaminhados ao **relator** em tempo hábil, antes da reunião da Comissão  
249 Temática afeta, dia 27/06. Finalizado este assunto, a Presidente do  
250 CEDCA/MG **Eliane Quaresma Caldeira Araújo** retomou a palavra para  
251 passar um informe. Relatou ação desenvolvida voltada a erradicação do  
252 sub-registro, trabalhando para que haja unidades de cartórios interligadas. O  
253 projeto piloto é em Belo Horizonte, uma parceria do município com o  
254 Governo do Estado. Outro momento são as caravanas da cidadania e  
255 campanhas voltadas ao público carente, estabelecendo uma rede  
256 organizada que possibilite o registro civil das crianças dentro das  
257 maternidades. Na sequência passou ao próximo ponto da pauta: **Minuta**  
258 **Resolução das Conferências Municipais**. A Presidente do CEDCA/MG  
259 informou que esta Resolução ainda não é de conhecimento de todos,  
260 somente a Mesa Diretora conhece seu inteiro teor. Ainda que o CONANDA  
261 só disponibilizou o calendário com as datas que os eventos acontecerão,  
262 sendo que a etapa municipal começa em agosto e vai até novembro. O que  
263 o Conselho já providenciou foi a indicação dos membros que compõem a  
264 Comissão Organizadora, em plenária passada. Finalizou dizendo que  
265 conseguiu o tema da Conferência somente hoje, é o que se segue:  
266 “Mobilizando, implementando e monitorando a política e o Plano Decenal  
267 dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos Estados, no Distrito  
268 Federal e nos Municípios”. A Conselheira **Maria Margareth Pereira** interveio  
269 dizendo que “como poderá ser aprovada Resolução sem as principais  
270 informações relativas ao evento”? A Secretária Geral do CEDCA/MG  
271 **Andréia Cristina Barreto** informou que esta Resolução apenas vinha  
272 consolidar/referendar a indicação das pessoas que compõem a Comissão  
273 Organizadora da VIII Conferência Estadual, seja, Conselheiros do  
274 CEDCA/MG; Coordenadoria da Infância e Juventude do Ministério Público  
275 (Dra. Andréia Mismotto Carelli); Frente de Defesa e representante dos  
276 adolescentes. Ainda, informar as datas já divulgadas pelo CONANDA. A  
277 **Presidente** retomou a palavra dizendo que era preciso se debruçar um  
278 pouco mais neste texto. **Maressa Silva Miranda** interveio informando que  
279 existem procedimentos comuns a todos os Conselhos em relação a tais  
280 eventos, que ela vem acompanhando de perto. Publica-se uma Resolução  
281 de chamamento assinada pelo Presidente do CEDCA/MG/SEDESE. Depois  
282 de elencadas as diretrizes e demais informações publica-se Portaria com a  
283 Comissão Organizadora da Conferência. Contudo, isto não impede de tirar  
284 um grupo de Conselheiros para ficar a frente dos trabalhos de organização  
285 do evento. Na oportunidade solicitou que fosse retirado seu nome como  
286 componente da Comissão Organizadora da Conferência do CEDCA/MG.  
287 Justificou que já está diretamente envolvida na organização de eventos de  
288 outros Conselhos do Estado, que vai demandar muito dela. Diante do  
289 exposto, sugeriu a indicação da Conselheira Solange Vieira Faria Franca  
290 para substituí-la. Proposta acatada. O Conselheiro **Elias Oliveira Soares**  
291 solicitou a inclusão da discussão da realização de Conferências Regionais.

292 Na sequência foi sugerido pela **Presidente** do CEDCA/MG que a referida  
293 minuta fosse analisada pela assessoria jurídica da SEDESE para adequação  
294 do que foi elencado até o momento. **Elias Oliveira Soares** disse não ser  
295 contrário a esta proposta, contudo, poderá atrasar todo o processo para os  
296 municípios. **Ricardo Augusto Zadra** argumentou que a assessoria jurídica  
297 da SEDESE já se faz presente na pessoa da Conselheira Solange Vieira  
298 Faria Franca, o que não acarretará demora na análise do texto, bastando a  
299 Comissão se reunir. Depois de amplamente discutido o assunto, ficou  
300 definido que a minuta será revista e retornará na plenária ordinária, em  
301 28/06 para apreciação. Acordado também que os Conselheiros terão até o  
302 dia **22/06** para encaminharem sugestões, via e-mail, à Secretaria Executiva  
303 do CEDCA/MG. Poderá acontecer convocação para que esta Comissão se  
304 reúna, objetivando o fechamento do texto a ser apresentado em plenária.  
305 **Proposta acatada.** A seguir passou-se ao próximo ponto da pauta: **Plano**  
306 **de Aplicação de Recursos** pela Comissão de Orçamento e Finanças -  
307 COF. O Conselheiro Coordenador da Comissão **Ricardo Augusto Zadra**  
308 começou informando que se tratava de um modelo de Plano de Aplicação de  
309 Recursos, elaborado por ele em parceria com a Conselheira Maria  
310 Auxiliadora Salles Gonçalves. Informou que foi demandado à COF elaborar  
311 este documento, tendo como parâmetros o Plano de Ação do CEDCA/MG  
312 2011 e o Planejamento Estratégico. O Plano de Aplicação de Recursos, por  
313 sua vez, subsidiará a elaboração do Edital dos projetos a serem financiados  
314 pelo FIA em 2011. Informou que como não foi possível a COF se reunir, ele  
315 e Maria Auxiliadora tomaram a liberdade de elaborar um modelo para o  
316 referido Plano, e apresentar aos Conselheiros. O modelo privilegia os eixos  
317 do Plano de Ação do CEDCA 2011 com suas ações e metas, considerando  
318 o que realmente acontecerá neste ano, citando os editais do FIA e projetos  
319 de CAC. A partir de hoje, todos tomarão conhecimento deste modelo,  
320 podendo contribuir com conteúdos e valores. Durante a elaboração do  
321 documento surgiram perguntas como: “determinada despesa será financiada  
322 com recurso da SEDESE ou do FIA?”. Faz-se necessário fazer levantamento  
323 dos projetos aprovados, que aguardam o conveniamento e pagamento na  
324 SEDESE; para que se possa chegar ao valor real de recurso existente no  
325 FIA. Necessário também o levantamento dos valores de CAC (Certificado  
326 Autorização para Captação) subtraindo-se as retiradas e o que ainda falta  
327 ser pago, mas que está comprometido com a Entidade que captou. Além  
328 dos valores advindos de suplementação, que por ventura tenham sido feitos  
329 no ano passado, para pagamento de projetos. Para contabilizar tudo isto é  
330 preciso tais levantamentos para que a programação tenha como parâmetro  
331 valores reais. Neste instante, a Conselheira Elaine Rocha Maciel pediu  
332 licença para sair, pois, tinha uma reunião na Cidade Administrativa, às 14h.  
333 Na oportunidade, o Vice-presidente pediu que constasse em ata que os  
334 Conselheiros foram convocados para o dia todo, inclusive constando do  
335 Regimento Interno, o horário da reunião de **9 às 18h**. A idéia, disse ele, é  
336 que com reuniões de um dia inteiro seriam evitadas reuniões extraordinárias.  
337 Diante desta fala de Ananias Neves Ferreira, os Conselheiros solicitaram  
338 que conste da convocação encaminhada às Secretarias, o horário da  
339 reunião (previsto no Regimento Interno), para que possam ser dispensados  
340 de suas atividades neste dia. **Proposta acatada.** O Conselheiro **Carlos**  
341 **Roberto Beto da Silva** sugeriu que nas próximas reuniões, faça-se um

342 intervalo para o almoço, e no retorno vencer o restante da pauta. Retomando  
343 o assunto da pauta, Plano de Aplicação de Recursos, o **Vice-presidente**  
344 pediu que constasse da ata, seu posicionamento de defesa do disposto no  
345 Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA no parágrafo 2º do art. 260, que  
346 diz:“Os Conselhos Municipais, Estaduais, e Nacional dos Direitos da Criança  
347 e do Adolescente, fixarão critérios de utilização, através de Planos de  
348 Aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando  
349 necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob forma de  
350 guarda, de criança ou adolescente, órfão ou abandonado, na forma do  
351 disposto no art.227, parágrafo 3º, Inciso VI da Constituição Federal”.  
352 Segundo o Conselheiro, o Plano engloba todas as subsidiadas e demais  
353 receitas lançadas no FIA, uma vez lá, terão que constar do plano  
354 orçamentário, inclusive os valores passados de ano a ano, os valores de  
355 emenda parlamentar, bem como, os 20% referente ao percentual retido do  
356 CAC. Tudo isto vai subsidiar a construção do Edital do CEDCA/MG para o  
357 financiamento de projetos do FIA em 2011. O Conselheiro **Ricardo Augusto**  
358 **Zadra** falou que os recursos que constarão do Plano diz respeito ao FIA, que  
359 valores pulverizados nas diversas Secretarias (das quais não temos  
360 conhecimento do orçamento na área da criança e do adolescente) não  
361 aparecerão neste modelo. Ainda que, as Comissões possam contribuir com  
362 sugestões de percentuais de acordo com cada eixo. **Andréia Cristina**  
363 **Barreto** falou da importância das Comissões contribuírem com a Comissão  
364 de Orçamento e Finanças, com conteúdo e estabelecimento de percentual a  
365 ser destinado a cada eixo do Plano de Aplicação de Recursos, facilitando a  
366 elaboração do Edital do FIA, ainda neste mês. Ressaltou que se as  
367 Comissões tivessem se debruçado mais no Plano de Ação do CEDCA/MG  
368 2011, facilitaria o trabalho agora. A discussão prosseguiu por algum tempo,  
369 até que surgiu proposta de levantamento de dados na SEPLAG feita pela  
370 Conselheira Gabriela Pinheiro Rocha, para depois concomitantemente com  
371 a SEDESE, intermediada pela Presidente do Conselho, consolidar o valor  
372 real a ser considerado no Plano de Aplicação de Recursos. O modelo  
373 apresentado pelo Conselheiro **Ricardo Augusto Zadra** foi repassado aos  
374 Conselheiros presentes, e acordado o envio por e-mail, solicitando  
375 sugestões de todos. O **modelo** será assunto de **pauta das Comissões**  
376 **Temáticas no dia 27/06**, com o objetivo de sugerir percentuais para cada  
377 eixo pertinente. Tal tarefa só será possível, após o recebimento dos valores  
378 reais alocados no FIA. Segundo Ricardo Augusto Zadra não há como  
379 planejar ou programar despesa orçamentária sem saber de quanto  
380 realmente poderemos dispôr. **Encaminhamento:** Proposto levantamento de  
381 dados pela Conselheira Gabriela Pinheiro Rocha (na SEPLAG) e pela  
382 SEDESE (projetos pagos e demais receitas), a serem repassadas ao  
383 Coordenador da Comissão de Orçamento e demais Comissões, para que as  
384 demais Comissões possam trabalhar em cima de **valores reais**, para  
385 estabelecimento de percentual para os eixos do Plano de Aplicação de  
386 Recursos. O prazo é até o dia 27/06, data em que as Comissões Temáticas  
387 se reunirão. **Proposta acatada.** Na sequência, passou-se ao ponto de pauta  
388 sugerido pelo Conselheiro Carlos Roberto Beto da Silva no início da reunião  
389 (O Conselheiro já não estava mais presente no plenário): Discussão da  
390 criação de **varas especializadas infância e adolescência**. O **Vice-**  
391 **presidente** manifestou sua opinião, ressaltando que este assunto é



392 pertinente, que o CEDCA/MG deveria mesmo implementar esforços pela  
393 criação das varas especializadas para apuração de crimes cometidos contra  
394 crianças e adolescentes no Estado. **Proposta acatada.** Ainda com a  
395 palavra, **Ananias Neves Ferreira** falou da proposta para a revisão da  
396 Resolução CEDCA/MG nº17 de 19/07/07, que “dispõe sobre as prioridades  
397 que devem nortear a política estadual dos direitos da criança e do  
398 adolescente no Estado de Minas Gerais, no quadriênio 2008 - 2011”.  
399 Informou que a Resolução foi publicada, mas nada foi trabalhado, não sendo  
400 informado ao CEDCA/MG o que cada Secretaria desenvolve na área da  
401 infância e juventude, de acordo com cada prioridade apontada no  
402 documento. Na oportunidade, propõe uma minuta para apreciação dos  
403 Conselheiros, que contemple tais prioridades, agora para o quadriênio 2012  
404 - 2015. Ressaltou a necessidade de aprovação para que possa ser incluída  
405 nos estudos do PPAG. Que “a política estadual de proteção integral a  
406 crianças e adolescentes, deverá ser desenvolvida e executada com a  
407 participação da sociedade civil e principalmente com a atuação efetiva e  
408 organizada do poder público frente à busca da garantia dos direitos  
409 fundamentais constitucionalmente assegurados a esse público”. O referido  
410 documento não foi lido na íntegra (possui 43 artigos), sendo sugerido o envio  
411 por e-mail aos Conselheiros para conhecimento de seu inteiro teor. Ainda  
412 apresentando propostas de Resolução, **Ananias Neves Ferreira** apresentou  
413 minuta (com 15 artigos) que dispõe sobre os “parâmetros do orçamento  
414 criança e adolescente (OCA) e sua aplicabilidade na elaboração,  
415 monitoramento e avaliação de programas orçamentários de atenção direta e  
416 indireta à criança e ao adolescente. Ressalta-se a “necessidade do Governo  
417 definir os parâmetros para o desenvolvimento e execução do OCA, haja  
418 vista que o aprimoramento deste instrumento contribuirá com a efetivação do  
419 exercício pleno dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes”.  
420 Diante do adiantado da hora, este documento também não foi lido na  
421 íntegra, mas sugerido o envio por e-mail, para conhecimento de seu inteiro  
422 teor. Os Conselheiros poderão sugerir e enriquecer com ações e prioridades  
423 afetas a cada área na construção do orçamento estadual, para que possam  
424 ter influência no PPAG. Ainda com a palavra, **Ananias Neves Ferreira**  
425 abordou outro assunto: Informou que tramita no Senado, projeto de lei  
426 nº160/2008, de iniciativa do Senador Marconi Perillo, que prevê a redução  
427 da burocracia e custos do processos de guarda e adoção de crianças e  
428 adolescentes, afastados do convívio familiar, realizando para isto, alterações  
429 no ECA. O projeto apresenta questões polêmicas, já percebendo posições  
430 contrárias, como por exemplo, a manifestação da Comissão Especial de  
431 Direito à Adoção dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo. Propõe passar  
432 o cadastro de adoção aos Conselhos Tutelares, o que acabaria por  
433 sobrecarregá-los, dentre outras coisas. Ressaltou que o Conselho deveria  
434 discutir este assunto com mais profundidade, mas devido ao pouco tempo  
435 restante nesta sessão, deixa o assunto para os Conselheiros se  
436 manifestarem oportunamente. Acredita que o CEDCA/MG deva promover as  
437 devidas considerações referente ao projeto de lei, que posteriormente,  
438 poderão ser encaminhadas ao Senado Federal. Terminados os pontos de  
439 pauta, a **Presidente** passou aos informes. Lido convite encaminhado pela  
440 Assembléia Legislativa de Minas Gerais, para participação em Seminário  
441 intitulado, “Segurança na Escola” - Cultura da Paz, com a realização de

442 encontros regionais, sendo que o primeiro acontecerá na região da Zona da  
443 Mata, dia 21/06 em Juiz de Fora, e em julho e agosto outras regiões, e citou  
444 Contagem para realização em setembro. Logo após, **Ananias Neves**  
445 **Ferreira** interveio para informar que estava participando dessa discussão  
446 sobre a segurança nas escolas no referido fórum temático, juntamente com  
447 outros Conselhos, Universidades e Entidades. A questão agora era definir  
448 quem seriam os Conselheiros indicados para falar nesses eventos  
449 programados. Não foi indicado nenhum Conselheiro, tendo em vista baixo  
450 quorum naquele momento. A **Presidente** do CEDCA/MG **Eliane Quaresma**  
451 **Caldeira Araújo**, de volta com a palavra, falou rapidamente sobre a  
452 **questão das diárias** dos Conselheiros do CEDCA/MG que não estão com  
453 **prestação de contas** fechada, não podendo receber novas diárias, até que  
454 regularizem a situação, tendo em vista o bloqueio feito pelo financeiro do  
455 SEDESE. Na oportunidade, sugeriu que fosse feito ofício a todos os  
456 Conselheiros comunicando o fato e informando que não poderão viajar até  
457 que possam receber diárias. A **Presidente** informou também que estava  
458 prevista a análise da lista de representações de Conselheiros que  
459 representam o CEDCA/MG em fóruns e etc, mas que não seria possível  
460 fazê-lo naquele momento, tendo em vista o número reduzido de  
461 Conselheiros neste final de sessão. Foi solicitada maior participação dos  
462 Conselheiros em representação de eventos, de forma a não sobrecarregar  
463 demais a Mesa Diretora. O Conselheiro **João Alves Crisóstomo** falou da  
464 necessidade do Conselheiro ao representar o Conselho fazer relatório  
465 informando aos demais o resultado de sua fala em determinado espaço e  
466 público. Também a necessidade de estabelecer uma fala única para todas  
467 essas participações institucionais. **Ricardo Augusto Zadra** respaldou as  
468 palavras de João Crisóstomo e lembrou a falta que faz um profissional na  
469 área de comunicação, ou mesmo estagiário, que poderia desempenhar bem  
470 esta tarefa de preparar o material para os Conselheiros. Finalizando a  
471 reunião, foi apresentada aos Conselheiros, a nova funcionária da Secretaria  
472 Executiva do CEDCA/MG Mônica Duarte Mattos. A **Presidente** ressaltou  
473 que Mônica é uma técnica muito capacitada e que vai contribuir com os  
474 trabalhos desenvolvidos no Conselho. Logo após, a Presidência, verificando  
475 que estava esgotada a matéria de pauta, e que nada mais havia a tratar ou  
476 deliberar, declarou encerrada a sessão plenária ordinária às 13h e 40min, e  
477 Ana Rita Lopes Pereira lavrou presente ata que após aprovação é assinada  
478 por todos os Conselheiros presentes na reunião na forma e termos  
479 regimentais.